



Resumo de Notícias

12/04/2016 - Telesíntese

CUT e mais 15 entidades criticam mudanças de Telecom “a toque de caixa”

As entidades criticam as propostas do Ministério das Comunicações, da Anatel, e mesmo da comissão da Câmara, de querer acabar com o regime público e com os bens reversíveis.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), Inter-vozes, FNDC, Proteste, Idec, entre outras entidades, divulgaram hoje, 12, uma nota conjunta, criticando as novas diretrizes do Ministério das Comunicações, que pretende colocar a banda larga no foco da política pública, mas acabar com o regime público da concessão de telefonia fixa. A seguir a íntegra da nota divulgada pelas entidades:

“As telecomunicações brasileiras apresentam diversos problemas: acesso restrito a uma parte dos cidadãos, desigualdade de condições, serviços caros, qualidade ruim e desrespeito a direitos dos usuários. Mas esse cenário pode ficar ainda pior. Diversas tentativas de mudanças da legislação em vigor visam retirar obrigações das prestadoras dos serviços, em um movimento que trará impactos negativos sobretudo para o acesso à Internet de qualidade por toda a população. Se, atualmente, 50% dos domicílios brasileiros não estão conectados, reproduzindo a desigualdade social e regional do país, essa barreira pode se tornar ainda mais difícil de superar com as propostas em debate na Câmara dos Deputados, na Anatel e no Ministério das Comunicações.

Cabe destacar que as distintas iniciativas em curso aparentemente não dialogam entre si. Em alguns pontos, chegam a ser conflitantes. Na Anatel, a proposta de manter o regime público para a prestação

do serviço de telefonia fixa em pontos específicos do território nacional, convivendo com autorizações no restante do país, foi recentemente emendada com a criação de um denominado “serviço convergente”, ainda sem grandes esclarecimentos e discussões. No Ministério das Comunicações, a ideia corre no sentido do fim da separação entre regime público e privado, passando a prestação dos serviços a ser exercida por uma “autorização com mais obrigações”. Finalmente no Legislativo, na Comissão Especial que debate o PL 6789/13, a proposta exclui a telefonia fixa do regime público e cria requisitos mais restritivos para que um novo serviço passe a ser prestado nesta modalidade.

O que todas as iniciativas acima tem em comum é a retirada de obrigações das operadoras prestadoras de serviço. Metas de universalização, obrigações de continuidade, reversibilidade dos bens explorados, qualidade do serviço e controle tarifário são obrigações previstas, na LGT, aos serviços considerados essenciais, prestados em regime público – atualmente, somente a telefonia fixa. Já os prestados em regime privado contam com carga regulatória reduzida, e sua oferta aos usuários depende mais da iniciativa das empresas e da concorrência de mercado – na verdade, pouco competitivo. O que as tentativas de mudança da LGT buscam é colocar a prestação de todos os serviços de telecomunicações nesta segunda situação.



Resumo de Notícias

12/04/2016 - CUT

Impeachment é mentira das elites que a classe média comprou

Para presidente do Ipea, linha de frente do golpe não percebe que defende armadilha

Misture no mesmo caldeirão complexo de inferioridade, o chavão de que o Brasil é um lugar de corrupto e dê às pessoas uma causa que não é delas, mas parece ser uma batalha justa e capaz de 'limpar' um país. Pronto, está construído um cenário favorável à manipulação e que resultará, ironicamente, num golpe contra os direitos de quem o defende.

A avaliação é do presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Jessé Souza, que na última sexta-feira (8) recebeu o Portal da CUT para uma entrevista.

Para ele, a construção desse cenário de luta pela moralidade envolve um trabalho sedutor e constante dos meios de comunicação, que só podem ser combatidos por movimentos organizados a partir das bases.

O senhor tem rebatido a ideia de que a luta pelo impeachment, com o argumento de combate à corrupção não é um exemplo de cidadania. Por que não seria?

Jessé Souza – Criou-se no Brasil uma ideia, que é muito falsa, a partir de uma espécie de complexo de inferioridade entre nós, de que o brasileiro é potencialmente corrupto. Como se não houvesse jeitinho nos Estados Unidos, como se você sendo sobrinho de um senador lá sua vida não estivesse resolvida. A última crise dos EUA mostrou que havia maquiagem de balanço de empresas, houve mentiras, fraudes. A corrupção é um dado do capitalismo, do mercado.

Presidente do Ipea ressalta mídia teve papel fundamental para vender golpe com embalagem de vitória da democracia. Presidente do Ipea ressalta mídia teve papel fundamental para vender golpe com embalagem de vitória da democracia. Há dois ou três anos, corrupção era aquilo cometido por agentes do Estado. A lei é feita pelos mais ricos, Foucault dizia que, a partir do momento em que o capitalismo se instala, o crime passa a ser algo cometido pelo pobre. É o cara que bate carteira, rouba galinha do vizinho, mas se você acaba com a economia de um país inteiro, como aconteceu com Argentina, Tailândia, Malásia e quase aconteceu com o Brasil, esse

cara ganha uma capa na Time como um grande financista. Mas se pensarmos bem, com a nossa cabeça e não da mídia, quem é o grande criminoso, o corrupto? A ideia de que a corrupção acontece no Estado é para nos fazer de tolos. Você diz que ela é feita no Estado e as pessoas prestam atenção só no Estado, especialmente quando está sendo ocupado por partidos de esquerda. Foi só aí que virou problema para nós. Getúlio, em 1954, Jango, em 1964 e Lula e Dilma agora. Isso não é acaso. O único ponto fora de curva foi Fernando Collor de Mello que conseguiu em 24 horas colocar toda a sociedade contra ele ao confiscar a poupança.

Nos casos de normalidade, as acusações de corrupção são seletivas. Não é corrupção quando os ricos no Brasil não pagam impostos e fazem evasão em paraísos fiscais? É muito mais dinheiro que qualquer esquema já descoberto. Temos a maior taxa de juros do mundo, tudo que compramos traz isso embutido e significa que todos os trabalhadores estão pagando juros para meia dúzia de banqueiros. Isso é corrupção? Para mim é, mas é legal, porque esse pessoal compra deputados, partidos inteiros para que nunca passem leis que são ruins para eles.

A elite do dinheiro é a verdadeira elite porque ela compra todas as outras, a política, a intelectual, os jornais para dizer o que quiserem. E é essa elite que está a pleno vapor e em pleno funcionamento para vampirizar a sociedade sem nenhum plano para o país. O plano é o de sempre, entregar a riqueza de todos para meia dúzia de amigos, estão querendo fazer isso com a Petrobras, e quebrar direitos dos trabalhadores, porque acham que estão ganhando muito bem com a valorização do salário mínimo. Assim que assumirem o poder, e não é preciso ser nenhum profeta, vão quebrar a CLT. Isso é corrupção e não podemos deixar nos fazerem de imbecis.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/impeachment-e-mentira-das-elites-que-a-classe-media-comprou-eb61/>



Resumo de Notícias

12/04/2016 - Altamiro Borges

Corrupção e corrupções no Brasil

A tentativa golpista em curso e o processo de impeachment estão ancorados na ampla campanha desenvolvida pelos grandes meios de comunicação contra a corrupção. De acordo com a narrativa consensuada de forma quase unânime entre os principais órgãos de imprensa, tudo teria começado em 2003, quando o PT chegou ao governo federal pelo voto da maioria da população. Assim, de acordo com tal visão, repetida à exaustão para todos os cantos, os períodos anteriores da história de nosso país não guardariam nenhum registro a respeito de casos de malversação de recursos públicos.

A estratégia atual guarda bastante semelhança com outros momentos da vida política brasileira. O recurso à demonização moralista da denúncia estava presente no início da década de 1950 e envolvia o Presidente Getúlio Vargas. A radicalização do discurso da direita naquele momento era verbalizada pela UDN e repercutida por jornais, rádios e a incipiente televisão. Uma década mais tarde, o mesmo tipo de campanha passa a ser orquestrada contra o mandato de João Goulart.

Sem a coragem política para enfrentar a essência das políticas desenvolvimentistas levadas a cabo por esses governos de forte inspiração popular, a opção dos golpistas foi sempre o ataque pelo discurso moral e ético. E nesse contexto, a denúncia contra a corrupção se revelava extremamente eficiente para a tentativa de desestabilização dos governos legitimamente eleitos.

Não foi por mero acaso que o candidato Aécio Neves, muitas décadas mais tarde, tenha focado sua campanha oposicionista em outubro de 2014 utilizando também o mote do "mar de lama". Trata-se de uma acusação fartamente utilizada pelas forças conservadoras nas tentativas de desestabilização dos governos de Getúlio e Jango.

A bem verdade, é importante reconhecer que o recurso ao tema da corrupção não é exclusividade da direita. Durante a época da ditadura e mesmo depois do processo de democratização as forças de esquerda também lançaram mão desse expediente, na tentativa

de criticar os governos de plantão. Essa contradição, aliás, tem sido apontada por diversos analistas como uma das dificuldades que as forças progressistas vêm enfrentando para operar politicamente uma volta por cima nos momentos posteriores a 2003, com as denúncias envolvendo o chamado escândalo do mensalão e a operação Lava Jato.

Incorporar a consciência de que a crítica superficial à corrupção envolve elementos inequívocos do campo do moralismo não pode, por outro lado, deixar nenhuma margem a qualquer tipo de convivência com tais práticas ilegais e ilegítimas. Promover ato de natureza corrupta ou corruptora é crime - ponto final. E como tal deve ser avaliado e condenado do ponto de vista político. Simples assim!

Na verdade, o problema a ser enfrentado é outro. Trata-se de ampliar o conceito do que seja compreendido como prática de corrupção, uma vez que existem entre nós inúmeras formas de apropriação privada de recursos públicos que são encaradas com certa "naturalidade" pela própria sociedade. Essa banalização da privatização do patrimônio público ou das decisões em esfera pública favorecendo determinados grupos do setor privado acaba por ofuscar uma série de procedimentos que são essencialmente assemelhados à corrupção.

Nos tempos em que a FIESP sai às ruas com sua campanha demagógica e oportunista com a imagem do pato, o que precisa ser denunciado é que o problema não é a alta carga tributária, que supostamente existiria em nosso País. Ao contrário, o que mais chama a atenção são os elevados índices de sonegação tributária praticada pelas empresas em geral, com maior destaque para os grandes conglomerados. Essa forma muito particular de "corrupção de fato" vai desde a sofisticação dos instrumentos do chamado planejamento tributário até a sonegação pura e simples, que geralmente conta com a impunidade e/ou a benevolência de agentes públicos envolvidos com tal prática criminosa.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/04/corruptao-e-corrupcoes-no-brasil.html>



Resumo de Notícias

11/04/2016 - Carta Capital

Administração fiscal, pedaladas e ideologia

Precisamos abrir no Brasil uma grande discussão: que visão ideológica deve balizar a administração fiscal e sua legislação?

Inicialmente, gostaríamos de nos desculpar com as leitoras e os leitores, mas não foi possível abordar esse tema num artigo curto. Há muitos argumentos dentro dessa discussão e não foi fácil resumir-los. Esperamos recompensar as leitoras e os leitores que se aventuraram no texto. Vamos ao tema.

É fundamental entendermos em que campo ideológico se encontra a política fiscal de superávits primários do governo, o seu balizamento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e toda a legislação desse campo.

Sem esse entendimento estaremos sempre aprisionados ao varejo referente ao cumprimento de metas de superávits primários ou à realização das chamadas pedaladas fiscais.

O conceito de superávit primário é meramente contábil. Tal conceito divide o orçamento: as despesas correntes (salários de funcionários públicos, programas sociais etc.) e os investimentos do governo são chamados de parte primária do orçamento que, por sua vez, é separada do orçamento total que inclui também as despesas financeiras (pagamento de juros sobre a dívida pública).

Ao longo do tempo, o superávit primário deixou seu significado contábil e se transformou em instrumento de política econômica de concentração de renda. Ao final do século passado, o conceito de superávit primário foi consagrado com a intenção de dar destaque às despesas financeiras para que tais gastos pudessem ter um tratamento de primazia.

Em outras palavras, despesas públicas correntes e investimentos governamentais seriam despesas de segunda linha; a parte sagrada, intocável, prioritária, seria aquela referente às despesas financeiras.

Esse instrumento de política de concentração de renda não consta da literatura que organizou as grandes visões do pensamento econômico. Os monetaristas, liderados por Milton Friedman (1912-2006),

sempre defenderam a ideia de haver um orçamento equilibrado. Isto sim.

Despesas somente deveriam ocorrer se existissem receitas estabelecidas previamente. Mas o instrumento concentrador de renda, meta de superávit primário, não apareceu nos escritos monetaristas originais. O orçamento era pensado na sua totalidade.

Para os monetaristas, a regra era que a sociedade deveria estabelecer seus desejos e necessidades e, então, deveria definir quanto pagaria de impostos. O resultado seria um orçamento equilibrado.

Se o governo gastasse mais do que arrecadou, em verdade, teria feito algo não desejado pela sociedade e isso representaria uma interferência no mundo privado.

Além disso, houve uma grande discussão de quais seriam as necessidades de uma sociedade que deveriam ser providas pelo Estado. E a conclusão foi que quanto menos Estado, melhor.

O Estado deveria aparecer somente em algumas funções essenciais tais como justiça, segurança pública e defesa nacional. Na visão do monetarista Milton Friedman ou do liberal conservador Friedrich Hayek, a participação do Estado em outras atividades (e de forma extensa) representaria uma intromissão indevida nas decisões e vontades privadas.

A visão prática conformada pelos monetaristas e liberais conservadores foi que o orçamento deveria ser pequeno, sustentado por uma baixa carga tributária e deveria estar sempre equilibrado.

A ideia do superávit primário como instrumento de política econômica surge ao final do século passado por meio da influência de banqueiros e rentistas sobre as pesquisas acadêmicas, sobre o Tesouro americano, sobre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras organizações multilaterais.

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/economia/administracao-fiscal-pedaladas-e-ideologia>

11/04/2016 - Portal Brasil

Bolsa Família melhorou a vida de mais de 604 mil lares brasileiros em 2015

Resultados da revisão cadastral de 2015 mostram que o programa apoiou famílias de baixa renda a mudarem de condição; outras 467,2 mil não atualizaram os dados e tiveram o benefício cancelado



Ao final de mais um ciclo de revisão cadastral, 604,5 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família declararam aumento de renda no ano passado. Desse total, 261,4 mil superaram a condição de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77) e começaram a receber um valor menor da complementação de renda, sem o benefício básico, que é voltado apenas para quem está na extrema pobreza. Outras 343,1 mil famílias declararam renda acima de R\$ 154 mensais por pessoa, limite de acesso ao programa. Por isso, tiveram o benefício cancelado.

A revisão cadastral é uma das rotinas de controle do Bolsa Família que tem mantido o foco do programa de transferência de renda nos mais pobres. Ela se repete todos os anos. Por meio desse processo, cada família deve atualizar seus dados a cada dois anos e são chamadas, por meio de carta e do extrato do pagamento, a comparecer aos Centros de Referência de Assistência Social ou aos postos das prefeituras. A revisão cadastral de 2015 foi concluída em março passado.

As famílias convocadas para a revisão e que não atualizaram seus dados também tiveram o benefício cancelado, como determinam as regras do programa. Por esse motivo, foram cancelados os benefícios de 467,2 mil famílias em todo o País. Muitas famílias que

melhoram de renda simplesmente deixam de atualizar os cadastros porque não precisam mais dos benefícios, em média de cerca de R\$ 165, pagos mensalmente pelo Bolsa Família como complemento de renda. No entanto, caso voltem a necessitar e estejam enquadradas nos limites de renda do programa, elas têm 180 dias desde o cancelamento para atualizar seus dados e pedir a reversão do cancelamento junto às prefeituras.

As gestões municipais tiveram participação importante na revisão cadastral, ao alcançarem 76,1% de todo o público convocado para atualizar os dados. Do total de 2 milhões de famílias convocadas, 1,5 milhão compareceram aos postos das prefeituras.

Revisão Cadastral

O que é:

Atualização do cadastro das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. É um processo obrigatório e de rotina, que ocorre todo ano. As informações devem ser atualizadas ou confirmadas a cada dois anos para que as famílias continuem recebendo seus benefícios.

Objetivo:

A Revisão Cadastral garante que as informações declaradas pelas famílias no Cadastro Único estejam atualizadas. Com dados de maior qualidade, é possível avaliar se o beneficiário do Bolsa Família ainda atende às condições necessárias para continuar a fazer parte do programa. E, dependendo das mudanças na situação da família – como, por exemplo, alteração de renda, mortes ou nascimentos – ela pode ter direito a um valor diferente daquele que recebia antes de atualizar o cadastro.

Leia mais em:

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/bolsa-familia-melhorou-a-vida-de-mais-de-604-mil-lares-brasileiros-em-2015>